

Tendências / Debates

Os artigos publicados com assinatura dos autores não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

Constituinte sim. Quando?

JOSÉ CARLOS DIAS

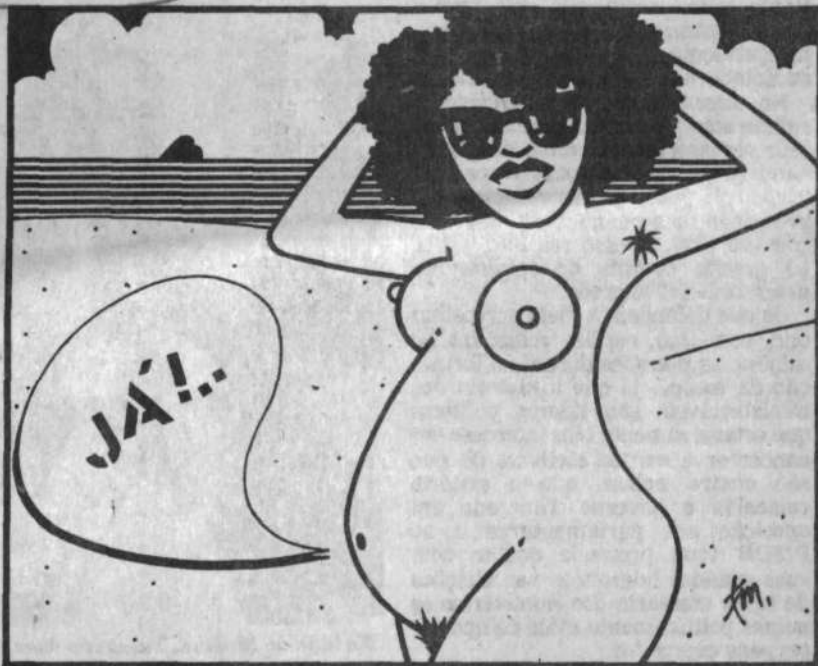
Grande maioria da população quer a Assembléia Nacional Constituinte o quanto antes possível, revelou recente pesquisa promovida pela Folha. O povo quer mudanças, mudanças que o incluam, que lhe restituam o poder de decisão. Está cansado de ser manipulado, engodado, enrolado, desempregado e endividado, tudo por causa de um modelo político que lhe foi imposto há vinte e um anos e que fracassou. Vê que é hora de voltar a ter vez. Mas o importante é, realmente, ter vez e não ser manipulado por uma aparente normalidade democrática na qual clássicas liberdades lhe seriam asseguradas, sem contudo desfrutar de participação efetiva na eleição de seus passos.

Constituinte sim, e o quanto antes. Mas que seja uma Constituinte que reflita uma representação popular legítima e consciente. Não interessa uma Constituição elaborada por poucos sábios em Teoria do Estado, publicistas de nomeada, sob influência e pressão de interesses que não se deixam afastar do poder político para que continue a ser instrumento eficiente do poder econômico. É no que daria uma Constituinte agora, já, com a Nação ainda nem convalescente, ainda tomada pelo vírus da força autoritária que a vem vitimando ao longo destas duas últimas décadas.

A jovem recém-casada anseia por ser mãe e quer ser mãe o quanto antes. Viverá o momento da concepção e viverá a gestação para viver o instante do parto. Se não aceitar as leis da natureza correrá o risco do aborto. Assim se dá com a nação brasileira, na euforia da esperança, em meio ao cotidiano de desespero.

Tão importante quanto uma Constituição é o grande debate que começa a se travar sobre a Constituinte. Qual a importância de uma carta constitucional para o dia-a-dia do brasileiro? O que deverá conter a lei maior, para assegurar os direitos humanos básicos do povo e de cada criatura que vive em nosso país? Como estabelecer-se a organização do trabalho, como preservar a ordem econômica? Como garantir-se a Justiça, o controle dos Poderes, a legitimidade dos mandatos eletivos? Queremos o regime presidencial ou o parlamentar? Como e em que limites estabeleceremos o federalismo? Como fortalecer o municipalismo? Tantas indagações, angústias, opções têm que ser enfrentadas e discutidas por toda a Nação.

A chamada sociedade civil, durante a crise do silêncio e da repressão noticiada por nossa história recente e presente, vitalizou-se organizando-se e, em grande parte, isto se deu porque asfixiada e impropriamente chamada "classe política". Agora, os mecanismos nascidos ou estimulados na emergência, responsáveis por conquistas e avanços, somados a partidos e segmentos paralelos de natureza política, estão aptos a desenvolver o grande debate, em todos os níveis, para a eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte e, como segunda etapa, para que tal Assembléia elabore uma Constituição enxuta e forte em princípios básicos que representem a alma nacional.



Antes de ser eleita a Assembléia Nacional Constituinte, é preciso expungir excrecências legais inconciliáveis com a democracia e que inviabilizariam a representação popular legítima numa Constituinte.

Liberdade sindical, substituição da Lei de Segurança Nacional por normas de proteção do Estado democrático com tipificação de condutas delituosas na parte especial do Código Penal; reorganização partidária, estendendo-se o acesso à participação legal das organizações políticas postas no avesso, como sucede em qualquer país democrático do mundo; restituição de prerrogativas ao Poder Legislativo, são algumas das muitas gestões vitais a serem debatidas e enfrentadas para que se possa elaborar uma Constituição legítima. São bandeiras, dentre tantas, a serem desfraldadas e empunhadas já e agora.

Pensar em Constituinte antes de reformas necessárias em nível constitucional ou de legislação ordinária, é expor a Nação ao risco de um aborto institucional. A pressa em alcançar a democracia plena poderá redundar na obtenção de uma aparência democrática, formal, sem fundo de legitimidade, alguma coisa chocha e indiferente, inodora e inútil, quando não nociva e pernicioso, vinda de gabinetes mofados, fechados, de dentro e de fora de nossas fronteiras.

Tancredo Neves, cuja aceitação popular nenhuma pesquisa de opinião pública ousaria refutar, depositário de nossas maiores esperanças, será o grande condutor da transição necessária.

Os pessimistas, os radicalizados na cômoda postura de oposição empedernida, os radicais do medo e da violência, os corruptos, os ratos de palácios, tudo fazem, com suas motivações próprias, para tentar inviabilizar as mudanças de que o Brasil necessita.

O momento é de pluralismo porque é um momento singular em nossa história. O futuro presidente Tancredo Neves porá sua grande habilidade política a serviço da democracia como sempre fez. Jamais transigiu no essencial, sempre foi fiel, de lealdade inquebran-

tável à democracia. As vezes democratas bem intencionados dão mostras de haverem assimilado condutas e discursos próprios dos autoritários, desconhecendo a importância de alianças episódicas e pactos temporários quando o intento é restabelecer a saúde política nacional, enfrentar problemas cruciais que o brasileiro vive no seu dia-a-dia: a fome, o desemprego, o custo de vida crescente, a dívida externa, a corrupção, as mordomias despidoras, a impunidade etc.

É pena, é uma grande pena que não estejam reunidos todos aqueles que estiveram juntos durante todos estes anos autoritários, por se oporem ao regime, por terem sido vítimas de seu despotismo. Mais do que nunca a unidade dos opositores ao arbítrio se faria necessária, se faz necessária, se fará necessária, para dar respaldo a transformações substanciais. É impatriótico manter uma atitude olímpica, de não sujar as mãos e os ombros, de permanecer nas arquibancadas ou nas gerais (pouco importa a opção) se a hora é de estar no campo, exigindo, fazendo força, suando a camisa.

Em vez disso, a postura de grupos minoritários, de mau humor, do tipo "bem que eu avisei", "eu não dizia?" a gritarem com voz rouca que nada muda, que tudo dá no mesmo, como se um civil com grande prestígio popular, político e democrata de convicção e vida, fosse a mesma coisa que um general improvisado de presidente ou um presidente improvisado de general, pinçado por poucos, à revelia de tantos, a impor a todos sua vontade de príncipe.

Vamos para a Constituinte sim, encarando-a como indispensável instrumento para que a democracia nasça e dure. E não uma democracia qualquer, mas que seja a opção para a conquista das liberdades, da Justiça e do progresso social. Constituinte sim, o quanto antes possível, mas nascida de parto normal e no tempo certo.

JOSÉ CARLOS DIAS, secretário da Justiça do governo Monteiro, é advogado criminal e foi presidente da Comissão Justiça e Paz do Arquidiocese paulistana.